

PRESIDÊNCIA

GESTÃO CONSELHEIRO ANTÔNIO CORRÊA DE OLIVEIRA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EXERCÍCIO DE 1996



RECIFE (PE), MARÇO DE 1997

COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DA GESTÃO 1996

<i>Presidente</i>	<i>Conselheiro Antônio Corrêa de Oliveira</i>
<i>Vice-presidente</i>	<i>Conselheiro Ruy Lins de Albuquerque</i>
<i>Corregedor Geral</i>	<i>Conselheiro Severino Otávio Raposo Monteiro</i>
<i>Conselheiros</i>	<i>Adalberto Farias Cabral</i> <i>Carlos Porto de Barros</i> <i>Fernando Correia de Melo</i> <i>Roldão Joaquim dos Santos</i>
<i>Auditor Geral</i>	<i>Luiz Arcoverde Cavalcanti</i>
<i>Procuradora Geral</i>	<i>Eliana Maria Lapenda de Moraes Guerra</i>

DIRETORIA GERAL

<i>Diretora Geral</i>	<i>Maria Izabel Melo Gibson</i>
<i>Coordenadora de Controle Externo</i>	<i>Maria Auxiliadora de Souza Albuquerque</i>
<i>Coordenador de Administração Geral</i>	<i>Juarez Guilhon Lucas</i>
<i>Colaboração</i>	<i>Prosperino Sarubbi Neto</i>

SUMÁRIO

- (1) APRESENTAÇÃO
- (2) ATIVIDADES DO CONTROLE EXTERNO
- (3) ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
- (4) CONSIDERAÇÕES FINAIS

(1) APRESENTAÇÃO

(1.1) Com a edição deste relatório, consolidam-se as atividades institucionais e administrativas desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, no exercício de 1996, espelhando-se os principais meios utilizados e resultados obtidos.

(1.2) Essencial ao bom desempenho do regime democrático, a atividade fim - o controle externo confiado à Instituição pelos artigos 70 e 71 da Constituição Federal - foi efetivada pelo Colegiado, pelo Pleno e pelas 1ª e 2ª Câmaras, com o apoio dos Serviços Auxiliares, supervisionados pela Diretoria Geral, consoante as ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Controle Externo, através do seu corpo técnico, ao qual incumbe a análise e instrução dos processos submetidos à deliberação do TCE.

(1.3) Em razão do crescente desenvolvimento das ações do controle externo, as atividades administrativas - envolvendo questões ligadas à gestão dos recursos humanos e materiais e à execução financeira e orçamentária do Tribunal de Contas - tornaram-se mais complexas, exigindo constante aprimoramento, o que foi feito sob a orientação da Presidência do TCE, supervisão da Diretoria Geral e atuação da Coordenadoria de Administração Geral.

(2) ATIVIDADES DO CONTROLE EXTERNO

(2.1) A ação fiscalizadora, alcançando as diversas áreas da atuação governamental no Estado de Pernambuco, verificando os aspectos da legalidade, legitimidade, eficácia, eficiência e economicidade dos gastos públicos, incluindo a aplicação das subvenções sociais e a renúncia de receitas, e envolvendo atividades de caráter judicante e instrutória, teve desempenho positivo no exercício de 1996, devendo ser ressaltada a preocupação com a renovação dos métodos de auditoria aplicados e a qualificação profissional dos servidores do TCE.

(2.2) Atividades Judicantes

(a) Os números das atividades de caráter judicante, decisória ou consultiva, realizadas no exercício, demonstram-se no quadro a seguir.

Sessões Realizadas

Colegiado	Ordinários	Extraordinários	Administrativas	Especiais	Total
Plenário	47	1	17	3	68
1ª Câmara	93	-	-	-	93
2ª Câmara	91	-	-	-	91
Total	231	1	17	3	252

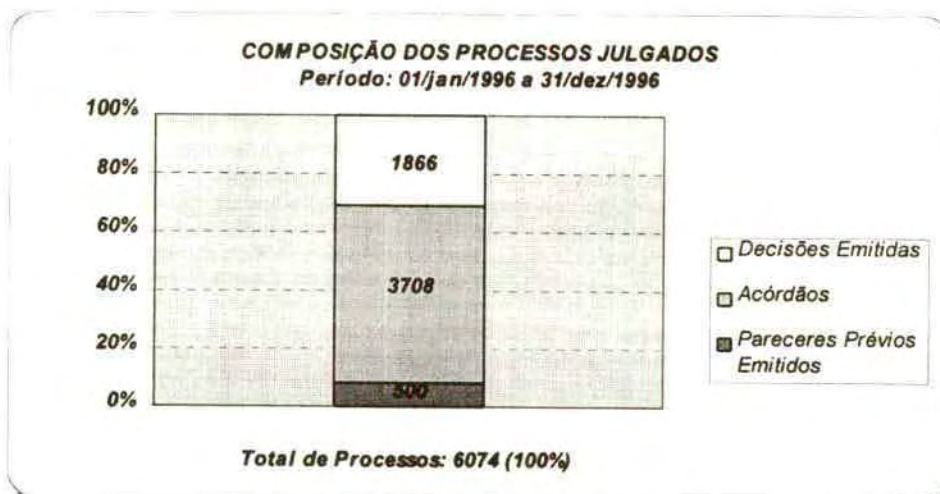
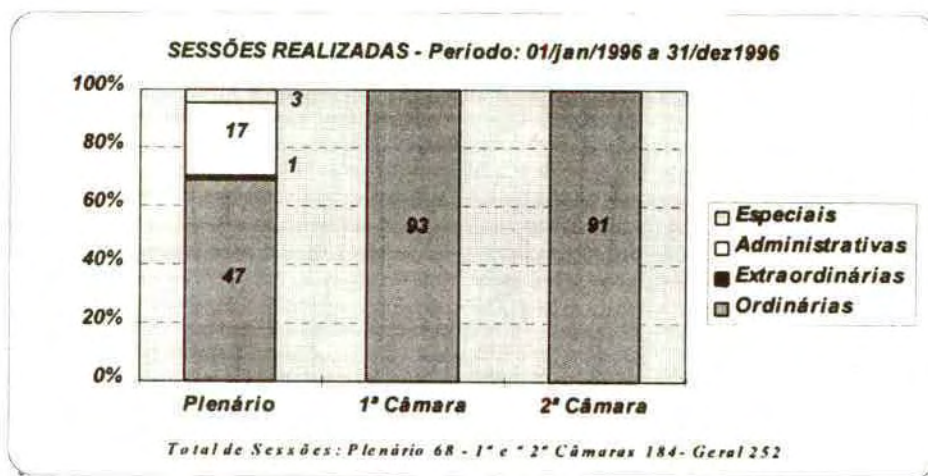
(b) No transcorrer do exercício foram apreciados ou julgados, nas sessões realizadas, 6.074 processos, com a emissão de:

- 500 Pareceres Prévios, sendo 1 sobre as contas do Governo do Estado, 252 sobre as das Prefeituras Municipais, 245 sobre as das contas das Mesas Diretoras das Câmaras e 2 sobre as do Tribunal de Justiça do Estado;
- 3.708 Acórdãos, sendo 209 pertinentes a Denúncias julgadas e 3.499 a Aposentadorias, Reformas e Pensões;

- 1.866 Decisões, alusivas a 162 Consultas, a 129 Recursos, a 129 Auditorias Especiais, a 408 Análises de Atos de Pessoal, a 94 Tomadas de Contas, a 13 Análises de Editais de Concorrências, a 2 Contratos, a 1 Inquérito Administrativo, a 2 Pedidos de Esclarecimentos sobre Publicidade, a 1 decisão encaminhada ao TCU e a 925 Prestações de Contas de Autarquias, Empresas e Fundações Públicas e a Subvenções Sociais e Convênios encaminhados pela Contadoria Geral do Estado e pela Prefeitura Municipal do Recife.

(c) É de se ressaltar que as atividades de **Controle Externo** desenvolvidas pelo TCE no exercício de 1996 originaram a imputação de débitos por **Prestações de Contas** consideradas **irregulares**, condenando-se os responsáveis ao pagamento de multa ou ao ressarcimento ao Erário num montante de **19.282.811,1682 UFIRs**, equivalente, em 31/dez/1996, a **RS Mil 17.060**.

(d) Os gráficos a seguir apresentam os principais números relativos às atividades acima descritas.



(2.3) Atos Normativos

Os atos normativos expendidos pelo **Tribunal** no exercício formalizaram-se em **Resoluções** regulamentando matéria de sua competência, dispondo sobre o seguinte:

- disciplinamento da concessão de diárias a servidores do **Tribunal de Contas** que se deslocarem da sede em objeto de serviço de missão especial;

- criação da **Comissão de jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado**, definindo suas atribuições e disciplinando o procedimento para elaboração de **Súmulas de Jurisprudência**;

- criação da **Divisão de Cerimonial no Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado** e definição das respectivas atribuições;

- alteração da estrutura da **Coordenadoria de Controle Externo**;

- concessão da **Medalha Nilo Coelho**;

- Disciplinamento da concessão de férias;

- Disciplinamento da concessão de suprimentos individuais;

- Normatização da conduta ético-profissional dos servidores do **Controle Externo**;

- Disciplinamento de normas e procedimentos de auditoria.

(2.4) Atividades Instrutórias

(a) As atividade instrutórias desenvolvidas no exercício pelos **Serviços Auxiliares** também revelam a intensidade do movimento de renovação e qualificação desta **Casa**, para o fiel cumprimento de suas finalidades constitucionais.

(b) O gráfico a seguir espelha a posição das auditorias relativas aos **Departamentos de Controle Estadual - DCE** e de **Controle Municipal - DCM** e ao **Núcleo de Engenharia - NEG**, sob a supervisão da **Coordenadoria de Controle Externo - CCE**, salientando-se que, nas a concluir, o maior peso (**80,79%**) concentra-se nos processos relativos a **subvenções sociais**, a cargo do **DCM**, conforme demonstrado na posição deste departamento (letra k).



(c) Destaca-se, outrossim, a atuação da **CCE**, com o apoio de sua **Assessoria**, desenvolvida no sentido de buscar o contínuo aperfeiçoamento da fiscalização exercida por este **Tribunal**.

(d) Dentre outras ações, foram propostas: alterações dos procedimentos das inspeções de contas anuais; criação de formulários para planejamento das auditorias no âmbito do DCM, com sua aplicação experimental já em andamento; integração com o Núcleo de Informática para a estruturação de um Banco de Dados, de forma a serem disponibilizadas informações coletadas pelas equipes de auditoria, relativas aos órgãos auditados.

(e) No âmbito do DCE, foi visível a articulação promovida pelas Divisões que o integram, com as suas especializações, sem detrimento da interação do Departamento como um todo, o que inclusive foi realçado pela Correição levada a efeito pela Corregedoria deste Tribunal.

(f) O gráfico a seguir apresenta os números correspondentes à posição total das auditorias promovidas no DCE.



(g) Destaque especial se registra, no DCE, quanto à atuação da Divisão de Contas do Governo, que em trabalho intenso teve sua reestruturação implementada, com a adoção de procedimentos que permitiram conhecimento alargado do funcionamento da máquina administrativa do Estado, tais como em: sistema de planejamento, sistema de administração financeira e sistema de administração geral, no âmbito respectivo das Secretarias de Planejamento, Fazenda e Administração.

(h) Com relação ao DCM, verifica-se, face ao ritmo imprimido aos trabalhos, que além das análises das prestações de contas e da realização das auditorias de execução, foi significativo o número de auditorias especiais e apurações de denúncias efetivado.

(i) Reduziu-se no DCM, claramente, o saldo de processos a analisar, cujo quantitativo só se tendo

em vista o número impressionante de prestações de contas de subvenções sociais que ingressa diuturnamente no Departamento. Com relação a este tipo de processo, busca-se presentemente uma solução para a sua agilização, com propostas de elaboração conjunta com o DCE de um cadastro geral de entidades beneficiárias e de uma nova alternativa de formalização processual, para que ao invés de uma tramitação individualizada de cada parcela de liberação, cuja prestação de contas é encaminhada a este Tribunal, sejam as mesmas protocolizadas por entidade beneficiária, agrupando-se dessa forma tantas quanto tenham sido as parcelas liberadas. A meta principal perseguida pelo DCM vem sendo a integração das Inspeções que o compõe, buscando a uniformidade de procedimentos técnicos, para tal contando com o suporte a ser oferecido pela assessoria técnica da CCE.

(j) O gráfico a seguir ilustra os números correspondentes às atividades do DCM e sua posição atual.



(k) Resta apresentar ainda, com relação ao DCM, no gráfico seguinte, a posição das auditorias relativas a **subvenções sociais**, pelos motivos expostos acima (letra i), para se ter uma idéia mais precisa do peso

que seus respectivos processos representam na posição geral do Departamento como auditorias a concluir (82,69%).



(l) Quanto ao **Núcleo de Engenharia - NEG**, o mais importante registro a ser feito se refere à modificação da sua metodologia de atuação, adotando-se os procedimentos definidos pela CCE, no sentido do mapeamento da relevância econômica dos órgãos a serem auditados, de sorte a estabelecerem-se

prioridades e, de forma eletiva, acompanhando-se os projetos mais significativos dentro do orçamento das entidades fiscalizadas. Estabeleceram-se também outros parâmetros, tais como a ocorrência histórica de irregularidades, mudanças de gestão e obras continuadas, consolidando-se tudo isso no que se

denominou **Planejamento Estratégico para Auditoria de Obras**. -se ainda nos trabalhos do NEG o esforço para a atualização e conclusão de laudos técnicos a concluir - o que muito se simplificará com a adoção da nova estratégia -, e o desenvolvimento de um

sistema de emissão de tabelas regionalizadas de composição de custos.

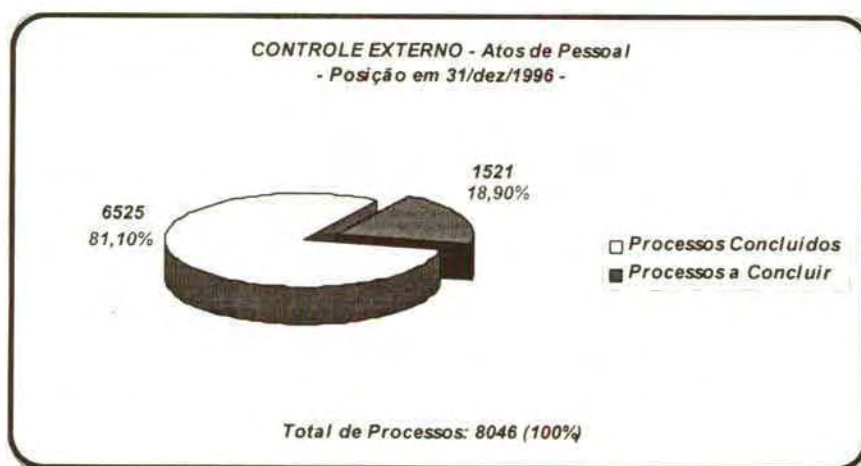
(m) Os números da atuação do NEG no exercício demonstram-se no gráfico que segue.



(n) No **Departamento de Atos de Pessoal - DAP**, continuou o elevado ingresso de processos relativos a atos de aposentadoria, mas com a expectativa da redução do saldo a ser transferido para o exercício de 1997. Quanto ao funcionamento do DAP, fica projetada a modificação em sua estrutura de ação, direcionando-se as atividades de âmbito interno,

voltadas preferencialmente para a análise alarga de processos de pedidos de registro de atos de pessoal, para as auditorias a serem realizadas neste sentido pelo DCM e pelo DCE.

(o) O gráfico a seguir apresenta os números das atividades desenvolvidas pelo DAP no exercício.



(3) ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

(3.1) Neste exercício de 1996, as ações administrativas implementadas centraram-se notadamente na área de recursos humanos e no desenvolvimento da informática.

(3.2) Recursos Humanos

(a) Os Recursos Humanos constituem o principal instrumento da ação **institucional e administrativa**, sendo o profissionalismo do quadro de pessoal indispensável à elevação dos níveis de eficácia e eficiência do controle externo e da gestão. Fato relevante, que demonstra a preocupação do Colegiado desta Casa com o seu corpo funcional, foi a aprovação do **Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos**, pela Lei nº 11.395 (D. O. E. de 14/dez/1996), objetivando estruturar o quadro de pessoal e definir a ocupação dos cargos e as normas gerais de desenvolvimento da carreira.

(b) A ausência de uma carreira estruturada era fator de desestímulo profissional e motivo permanente de evasão de servidores técnicos deste **Tribunal**, com reflexos no desempenho do **controle externo**. A par de ser o **Plano de Cargos** cumprimento de determinação constitucional, afigura-se como valorização do servidor, elemento primordial na realização das atividades institucionais às quais este **Tribunal** está obrigado.

(c) É de serem destacados os treinamentos realizados, visando também o desenvolvimento dos servidores. Foi preocupação da **Presidência** promover internamente constantes cursos, bem como a participação daqueles em seminários, cursos e conferências externas, inclusive com seu deslocamento a outros Estados, resultando desses esforços o treinamento de 855 inscritos, num investimento total de **R\$ Mil 150**. A seguir, relacionamos os eventos internos e externos promovidos:

1. Cursos e Treinamentos

-Curso de **Microsoft Windows e Word**

- Curso Interno de Suporte **Microsoft Windows**
- 2º Curso de Formação de novos Auditores e Auxiliares de Auditores
- 3º Curso de Formação de novos Auditores e Auxiliares de Auditores
- Curso de Despesa Pública
- Curso de Cerimonial Governamental
- Curso de Administração de Materiais e das Compras: Um Enfoque Prático
- Curso de Contabilidade Pública
- Curso sobre o **SIAFEM**
- Curso de Despesa Pública - Processamento Especial da Despesa
- Curso de Administração de Almoxarifados
- Curso de Formação de Facilitadores de Treinamento
- Curso de Legislação Trabalhista
- Treinamento em Administração de **Net Ware 4.1**
- Curso: Gerenciando a Educação Humana na Empresa
- Treinamento sobre Todas as Hipóteses de Admissão de Pessoal no Serviço Público
- Curso Básico de Auditoria
- Curso de Orçamento Público
- Curso Especial sobre Cerimonial
- Curso Básico de Direito Administrativo
- Curso de Metodologia para Elaboração do Programa de Avaliação no Desempenho com Ênfase no Serviço Público
- Curso de Introdução ao ambiente **Windows**
- Curso sobre Aperfeiçoamento em Licitações e Contratos
- Curso Prático para Bibliotecários **CDU** Passo a Passo
- Curso de Análise de Balanços
- Curso de Estruturas de Concreto Atacadas pela Corrosão da Armadura: Mecanismos, Prevenção, Reparo e Monitoramento

2. Simpósios e Fóruns

- 16º Simpósio GAPE de Recursos Humanos
- Simpósio sobre Licitações e Contratos (cortesia da NDJ)
- Fórum de Legislação de Pessoal
- Fórum de Controle Externo
- Fórum de Licitações e Contratações

3. Congressos e Seminários

- 24º Seminário Nacional de Informática Pública
- Seminário: Os Novos Paradigmas da Administração
- Seminário Nacional de Auditoria em Licitações
- Seminário: **Microsoft Via Internet**
- Congresso Internacional de Direito Constitucional, Administrativo e Tributário
- X Congresso Brasileiro de Direito Administrativo
- XV Congresso Brasileiro de Contabilidade

(3.3) Informática

(a) Especial ênfase foi dada à área de informática, no sentido de utilizá-la não apenas como **instrumento de gestão**, com o desenvolvimento de sistemas aplicados à área administrativa, mas também como meio de aperfeiçoamento do **controle externo**, com a realização de **auditorias de informática**.

(b) Na descrição das atividades desenvolvidas, adotamos o critério de agrupá-las por áreas e atribuições afins, conforme segue :

1. Desenvolvimento e Manutenção De Sistemas

- Implantação do **Sistema Gerenciador de Banco de Dados do TCE**, pré-requisito indispensável para o desenvolvimento de sistemas de uso corporativo (informações disseminadas pelos departamentos, consolidadas e abrangentes);

- Informatização, através de sistemas desenvolvidos na Instituição, de todo setor de Contabilidade;

- Controle informatizado dos gastos da frota de veículos do **Tribunal**;

- Cadastramento eletrônico dos Contratos firmados por este **Órgão**;

- Implementação do novo **Sistema de Folha de Pagamento**, e, em implementação, o **Sistema de Cadastro de Recursos Humanos**, desenvolvidos no **TCE**;

- Desenvolvimento e implantação de sistema informatizado para o **Controle das Dotações e**

Movimentações Orçamentárias dos diversos órgãos Estaduais (Sistema SCCO);

- Criação do cadastro informatizado de entidades que recebem **Subvenção Social**;

- Disponibilização do **Sistema de Acompanhamento de Atividades (ACAT)** para todas as **Inspetorias Regionais**;

- Em desenvolvimento, o projeto para informatização do **Núcleo de Engenharia** desta **Corte de Contas**, visando à agilização e ao aumento de sua atuação técnica no Estado;

- Participação no desenvolvimento do banco de dados gerenciais da **CCE**, objetivando agilizar a tramitação de processos desta **Corte**.

2. Auditorias de Informática

- Participação de funcionários deste setor na **Auditoria da Folha de Pagamento do Estado**, por iniciativa do **Poder Executivo** (através da **Secretaria da Fazenda**), compreendendo as despesas com pessoal da **FUNDAC, DER, FESP, Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Secretaria de Educação, Secretaria de Segurança Pública e FUSAM**;

- Análise Técnico-Comercial de Licitações e Contratos Públicos na área de informática de diversos órgãos, entre eles : **DETRAN, EMPREL, FISEPE, SEPLAN, EMTU, SEFAZ e CELPE**;

- Participação no processo conduzido pelo **TCE** junto ao **IPSEP**, originado por denúncia de parlamentares da **Assembléia Legislativa**, no qual se analisará, dentre outros aspectos, a folha de pagamento daquele Instituto;

- Auditoria interna no sistema **CTPR**, quanto à distribuição de processos para os **Senhores Relatores (Conselheiros e Auditores Substitutos)**.

3. Suporte Técnico

- Implantação do preparo, consolidação e envio eletrônico de matérias para publicação no **Diário Oficial**, antes executados manualmente (consolidação

e envio). Foi utilizada para isso a infra-estrutura disponibilizada pela **INTERNET**, bem como treinamento dos usuários envolvidos;

-Implantação do **Sistema Disque-TCE**, para disponibilização de informações da situação de processos para uso do público externo (em conclusão até 23/dez/1996);

-Implantação do ambiente gráfico **Windows** e programas compatíveis com o mesmo, com os novos editores de textos e planilha eletrônica, tão como intenso treinamento do pessoal usuário para interagir com o novo ambiente;

-Capacitação dos microcomputadores mais antigos instalados no **TCE**, para utilização em ambiente **Windows** e nos novos sistemas desenvolvidos (aumento de memória, instalação de disco de arquivos);

-Implantação da **conta piloto do TCE na INTERNET** e elaboração do projeto de divulgação de informações através desta rede. O potencial de uso da **INTERNET** é de grande valia pelo seu grande alcance geográfico, fazendo chegar informações não sujeitas a manipulações (risco encontrado na imprensa), com grande riqueza de apresentação (multimídia: hipertexto, som e imagem) e atingindo inclusive ao público com alto nível de educação, formador de opinião;

-Reestruturação da Rede de Microcomputadores, com acréscimo de 37 novas estações, e adequação da mesma à relocação de **Departamentos** no prédio sede;

-Aquisição e configuração aos padrões **TCE** de 46 microcomputadores portáteis, acopláveis à rede interna, treinamento do pessoal usuário para uso nos trabalhos de campo (notadamente nas atividades inerentes à área fim);

-Aquisição de 40 novas impressoras, a jato de tinta, para impressão com alta qualidade e recursos gráficos e de cor, para disponibilização nos diversos **Departamentos do TCE**;

-Implantação das redes internas das **Inspetorias Regionais**, permitindo uso compartilhado e simultâneo de equipamentos e dados por seus computadores;

-Duplicação da quantidade de linhas e triplicação da velocidade de comunicação de dados entre as **Inspetorias e a Sede**;

-Atualização dos computadores centrais (micros servidores), duplicando a capacidade de treinamento e triplicando a velocidade de processamento central, para fazer frente à crescente demanda da rede;

-Implementação da linha de comunicação entre o **FISEPE** e o **TCE** e conseqüente disponibilização de sistemas corporativos da gestão estadual para consultas pelo **Tribunal** (em especial **SIAFEM** e **SADRH**);

-Implantação da infra-estrutura de informática no novo prédio anexo, envolvendo instalação de mais um computador servidor central, novas estações, impressoras e ligação com o prédio sede com a mais moderna tecnologia de cabeamento (fibra ótica).

(3.4) Serviços Gerais

(a) A administração de material e patrimônio desenvolvida no sentido de propiciar melhorias de condições de trabalho aos servidores não foi descuidada. Foram concluídas as obras de reforma do **Anexo I**, foi realizada a revisão das instalações elétricas das **Inspetorias Metropolitanas Norte e Sul** e a revisão geral de todo o **prédio sede**, com execução de serviços de engenharia.

(b) Entre os bens permanentes adquiridos, ressaltam-se 361 exemplares de livros técnicos, 4 automóveis Parati e 1 Kombi destinados à frota de fiscalização e 46 notebooks, ocasionando aumento considerável na produtividade dos trabalhos de campo de auditoria.

(c) Foram instaurados, no decorrer do exercício, processos licitatórios envolvendo várias modalidades, bem como processos de dispensa e

inexigibilidade de licitação, cujos números são apresentados no quadro contido no subitem (3.6).

(d) Em decorrência dos processos licitatórios realizados, foram firmados contratos de compra, garantia, locação, manutenção, prestações de serviços de engenharia, de limpeza, de serviços gráficos e contratos de seguros.

(3.5) Gestão Orçamentária e Financeira

*(a) A dotação orçamentária do TCE para o exercício de 1996 totalizou **RS Mil 55.981**, sendo **RS Mil 37.723** de dotação inicial e **RS Mil 18.258** de créditos suplementares. Todavia, o repasse financeiro para a realização das despesas, no exercício, atingiu apenas **RS Mil 36.459**, representando **65,23%** da receita prevista. Com o acréscimo de receitas diversas decorrentes de rendimento de aplicações financeiras, restituições e alienação de bens, a receita realizada importou em **RS Mil 37.032**.*

*(b) A despesa orçamentária realizada no exercício em análise totalizou **RS Mil 33.811**, significando **91,30%** da receita orçamentária realizada. Os recursos aplicados em despesas correntes atingiram o percentual de **99,99%** e em despesas de capital, apenas **0,01%** do total das despesas.*

*(c) No mês de fevereiro, a receita cresceu **97,94%** e a despesa **171,74%** em relação ao mês anterior, em razão de os repasses feitos em janeiro terem sido insuficientes para o pagamento das despesas da folha de pessoal, que somente foi complementada em fevereiro.*

(d) Houve um crescimento da despesa em junho, conseqüência do adiantamento da 1ª parcela do 13º salário, efetuado nesse mês.

*(e) Estão aplicados, em Certificado de Depósito Bancário - CDB, **RS Mil 3.900**, com resgate fixado para o dia 17 de janeiro de 1997, sendo **RS Mil 3400** a título de reserva livre para o próximo exercício e **RS Mil 500** a título de provisão para pagamento de férias a serem gozadas.*

(f) A prestação de contas do exercício financeiro de 1996, consubstanciada nos balanços orçamentário,

*financeiro e patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais, bem como em outras análises, demonstrações e conciliações, espelha e detalha os resultados da execução orçamentária no exercício e seus efeitos na posição financeira e patrimonial do **Tribunal de Contas**. A referida prestação de contas foi elaborada em conformidade com as disposições legais pertinentes, em cumprimento às determinações contidas na **Resolução TC nº. 12/91**, e estará sendo remetida à **Assembléia Legislativa do Estado**, para a devida apreciação.*

(3.6) LICITAÇÕES

Foram realizados, no exercício, 108 processos licitatórios, discriminados a seguir pelas respectivas modalidades, considerando-se, inclusive, os relativos à dispensa e inexigibilidade de licitação:

Convite	48
Tomada de Preços	17
Leilão	1
Dispensa de Licitação	20
Inexigibilidade de Licitação	22
	108

(4) CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Assim, apesar das dificuldades financeiras enfrentadas no exercício, de vez que o **Tribunal** teve que se cingir a um repasse de **1,992%** da receita realizada pelo **Tesouro do Estado**, conseguiu ele, superando todas as dificuldades, realizar metas que o credenciam, ultrapassados os percalços, a chegar ao terceiro milênio de forma mais eficiente e em condições de exercitar todas as atribuições que lhe foram conferidas pela **Lei Maior**, o que significa dizer estar visando à época da modernidade. É de ser ressaltada, finalmente, a conquista alcançada pela aprovação do **Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV**.*

*O **PCCV** era uma velha aspiração dos servidores desta **Casa**. Tantos chegaram a ser elaborados, mas, pela falta de consenso, não prosperavam. Felizmente, este ano, com a participação de todos os segmentos que formam o*

quadro funcional, atingiu-se ao *desideratum*. Se difícil foi conseguir a aprovação do plano, dado o choque de interesses, esforço titânico exigiu que na **Assembléia Legislativa** fossem dadas explicações, elidindo dúvidas e esclarecendo aos que, de má fé, procuravam torpedeá-lo.

O processo de votação secreta deixava-nos apreensivos, mesmo com a promessa feita pela maioria dos Deputados de aprová-lo.

Na primeira votação, venceu-se por apenas

um voto e na segunda, por três. Evidência de que existia em muitos o desejo de que o plano não tivesse tramitação para chegar à Lei.

Aprovado o plano, começou a dúvida: seria a Lei sancionada, vetada, ou o **Chefe do Executivo** devolve-la-ia ao **Legislativo** para a sua promulgação?

Aconteceu a última solução. E na sexta-feira, 13 de dezembro de 1996, o **Presidente da Assembléia Legislativa**, em solenidade inusitada para o caso, promulgou-a.

RECIFE (PE), MARÇO DE 1997

Antônio Corrêa de Oliveira
Presidente

